



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13352 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS E DECOLONIALIDADE: DISCUSSÕES E POSSIBILIDADES

Ruhama Ariella Sabião Batista - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana

Mary Ângela Teixeira Brandalise - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS E DECOLONIALIDADE: DISCUSSÕES E POSSIBILIDADES

Resumo: As avaliações em larga escala, no âmbito internacional ou nacional, possibilitaram grandes avanços no âmbito das avaliações de políticas educacionais, contudo, também podem ser problematizadas ao ponderar quais são as suas intencionalidades e objetivos. Este texto tem como objetivo discutir as avaliações a partir das contribuições das teorias decoloniais, considerando o contexto brasileiro de um país outrora colonizado e que ainda carrega as marcas da colonialidade. Compreende-se que as teorias decoloniais podem contribuir para uma avaliação mais contextualizada, democrática e sensível aos problemas estruturais nacionais e espera-se que possam ser aprofundadas quando articuladas com as teorias de avaliação ao empreender pesquisas científicas.

Palavras-chave: Avaliação educacionais, Modernidade e Colonialidade, Decolonialidade.

Introdução

Ao ponderar o cenário das avaliações atualmente, sejam elas da aprendizagem, de políticas públicas ou de outro domínio da avaliação, estas não podem ser desvinculadas do panorama internacional e das influências externas do campo no Brasil. No contexto dos anos 1990, começaram a emergir avaliações a nível global e nacional, a partir das organizações internacionais, que com o uso de testes estandardizados, seguiam – e seguem – indicadores que são apresentados para a Educação ao redor do globo, como o Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), no Brasil.

Apesar dos grandes avanços que essas avaliações internacionais possibilitaram para a melhora dos níveis educacionais de diversos países, Afonso (2017) sinaliza que, em contrapartida, também legitimaram uma narrativa de hegemonia epistêmica avaliativa eurocêntrica, em que os níveis de Educação a serem alcançados sempre estarão mais próximos dos países centrais na economia capitalista. Tais níveis se distanciam da realidade de países em desenvolvimento, que outrora foram colonizados e que ainda carregam as marcas da colonialidade, principalmente no que tange às questões econômicas, de raça, classe e gênero.

Considerando essas discussões, este texto tem como objetivo discutir algumas das inquietações em torno da avaliação a nível internacional (AFONSO, 2015, 2017) e as possibilidades das teorias decoloniais (MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005; CASTRO-GÓMEZ; GROFOGUEL; 2007) para analisar as avaliações das políticas educacionais no Brasil e seus desdobramentos no cenário nacional^[1].

Avaliação e Decolonialidade

Em um mundo em constante desenvolvimento, as avaliações também se desenvolvem e têm diversas intencionalidades. A narrativa legitimadora da hegemonia epistêmica avaliativa eurocêntrica, sinalizada por Afonso (2017), considera que, a partir dos resultados nelas gerados, sejam adotadas orientações políticas, culturais, econômicas e educacionais a partir de um único padrão de referência: os países capitalistas centrais, desenvolvidos e competitivos, que seriam símbolos do progresso e da modernização no contexto global. Mas quais são os países que têm o poder para determinar quais conhecimentos científicos e níveis educacionais um país deve atingir para que se torne competitivo? Ou mesmo, é possível esperar que todos os países tenham acesso a esses conhecimentos científicos de forma igualitária?

Para contribuir na problematização dessas questões, coloca-se em pauta neste texto

as perspectivas decoloniais. Utiliza-se no plural, pois são diversas, não se trata de uma única teoria desenvolvida por um ou dois autores, mas de conceitos acerca da Modernidade e Colonialidade (M/C) [2] que são discutidos em diferentes áreas do conhecimento, a partir de suas problemáticas. Apesar de complexo, o conceito de colonialidade define, de modo geral, que os colonialismos não findaram com os processos de independência e de descolonização dos territórios que outrora foram colonizados.

Quijano, um dos principais expoentes das perspectivas decoloniais, argumenta que: “A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 117). Com isso, um mundo globalizado, multicultural e conectado entrelaça-se ao projeto de modernidade por vias da colonização, afinal, não existe modernidade sem colonialidade, do mesmo modo que não haveria uma economia-mundo capitalista sem as Américas (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Quijano (2005) afirma que o capitalismo, ainda que tenha gênese anterior à chegada dos europeus às Américas, somente se estruturou como predominante e consolidou-se mundialmente após a emergência dessas, visto que a principal marca foi o controle da força de trabalho.

Quijano (2005) argumenta que a colonialidade se reproduz em três esferas: a do poder, do ser e do saber. Por isso, entende-se que essa dominação também ocorreu em relação à Educação, nas instituições de ensino a nível básico ou superior, e até mesmo nas produções acadêmicas, em que a influência europeia pode ser percebida em todas as bases teórico-epistemológicas da produção de conhecimento que se tem até então, mesmo porque a própria concepção e organização de universidade como se constitui atualmente em uma parte significativa do mundo, se origina de uma concepção europeia de conhecimento e ciência.

Mignolo (2003) coloca como alternativa para essas questões o pensamento fronteiriço, que, para ele, “[...] desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele” (MIGNOLO, 2003, p. 52). Nessa perspectiva, ainda que não seja negado completamente tudo aquilo que foi produzido e que leva a manter essas marcas da colonialidade, ao subjugar-se somente a essas teorias aceita-se novamente tudo o que já fora imposto ao longo da história.

Afonso (2015) suscita que, apesar de todos os países possuírem problemas educacionais, quando se importa políticas as tensões se evidenciam com mais força nos países que passaram pelos processos de descolonização, pois, além do sistema educacional, também “[...] continuam com a tarefa (também política) de desconstruir as práticas e expressões persistentes de colonialidade – o que certamente se torna ainda mais difícil” (AFONSO, 2015, p. 15). Ainda, Afonso (2017) salienta que as práticas universalizantes e homogeneizantes de avaliação, que se evidenciam, muitas vezes, nas avaliações em larga escala, contribuem para uma lógica neoliberal da Educação. Os países periféricos ou semi-periféricos no sistema-mundo capitalista ainda estão tentando lidar com diversas questões relacionadas às políticas

públicas e os efeitos a longo prazo do capitalismo, por isso, os resultados raramente serão os melhores se os indicadores permanecerem sendo os mesmos para países que tiveram suas economias plenamente desenvolvidas e lidam com problemas diferentes dos países que outrora foram colonizados.

A partir da proposição de uma agenda global, Afonso (2017) instiga os estudiosos de avaliação a pensarem em indicadores alternativos daqueles que atualmente são hegemônicos, que não sirvam somente aos interesses do capitalismo. Espera-se que, dessa forma, não se amplie ainda mais a colonialidade do conhecimento científico e avaliativo, mas que em contrapartida, valorize os interesses nacionais e indicadores que possam gerar resultados mais alcançáveis para as diferentes realidades.

Considerações finais

Desafiar a narrativa legitimadora da hegemonia epistêmica avaliativa eurocêntrica, bem como a colonialidade do saber, do poder e do ser, é um desafio no âmbito da Educação, visto que as raízes do sistema educacional brasileiro, da universidade e a concepção de conhecimento têm forte fundamentação nessa perspectiva eurocêntrica. Contudo, analisar as avaliações de políticas e empreender avaliações levando em conta esses referenciais, pode ser significativo para o desenvolvimento das avaliações no contexto brasileiro.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Reflexões pós-coloniais em torno da avaliação em educação. *In*: Colóquio Cabo-Verdiano de Educação-CEDU: Políticas e práxis da educação nas perspectivas e em contextos pós-coloniais, 2, 2015. **Anais [...]**. Cabo Verde, 2015.

AFONSO, Almerindo Janela. Para discutir la hegemonía epistémica evaluativa eurocéntrica: un enfoque exploratório. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación**, v. 10, n. 2, 2017.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (orgs.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, v. 44, n. 4, p. 549–557, 1992.

[1] O texto integra as discussões teóricas da tese em andamento “Avaliação das (re)configurações do PIBID de História no Paraná pelos coordenadores de área (2011-2020)”, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Grupo formado por intelectuais latino-americanos para discutir as questões da modernidade e colonialidade.